



Relatório e Contas de 2018

Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Funções

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Relatório de Gestão 1

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições estatutárias, temos a honra de submeter à vossa apreciação do relatório e as contas do exercício de 2018.

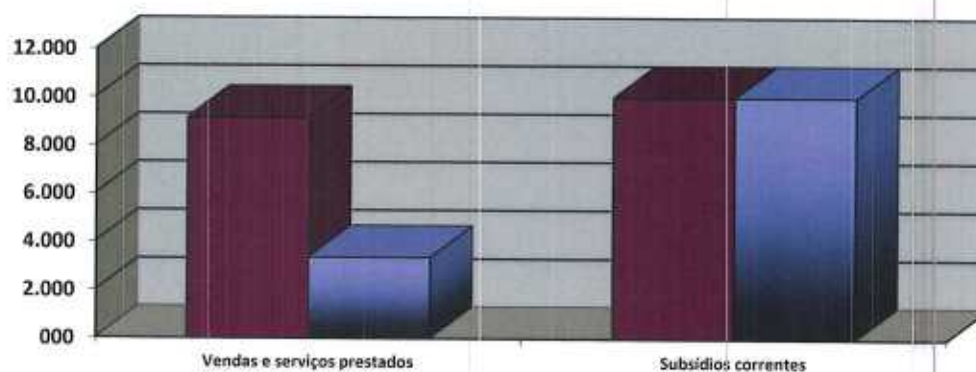
1. INTRODUÇÃO

A Fundação Cuidar o Futuro foi constituída por escritura pública de 13 de julho de 2001 pela associação GRAAL.

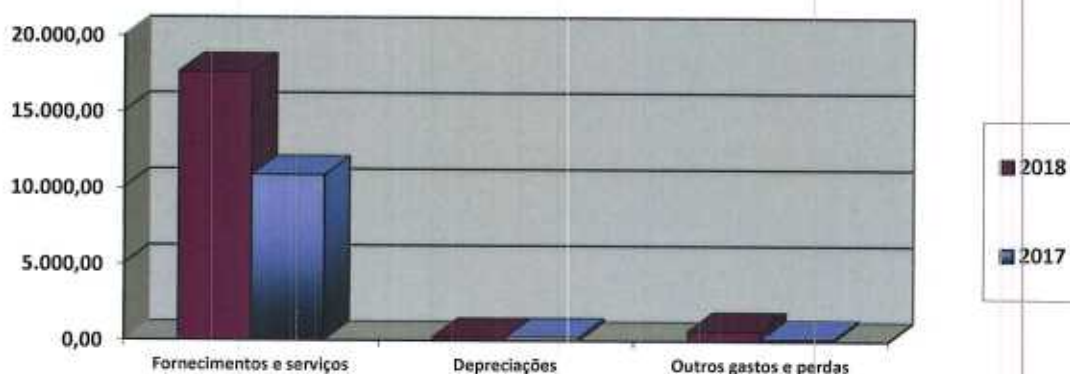
A Fundação foi criada com o fim de elaborar propostas de pensamento e de ação para o futuro, enraizadas nos valores espirituais que caracterizam a associação fundadora e inspiradas pela teoria e experiência da “cultura do cuidado” desenvolvida pelas mulheres. Os domínios de atuação constam do artigo 4.º dos estatutos da fundação.

2. ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO EM 2018

Os proveitos totais ascendem a 19.151 euros, referentes, na sua maioria, a rendas e a subsídios correntes, conforme gráfico comparativo que a seguir se apresenta (valores em euros):



No que respeita aos custos operacionais estes respeitam, essencialmente, a fornecimentos e serviços externos, conforme gráfico comparativo, que a seguir se apresenta (valores em euros):



3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício não foram realizados investimentos em ativos fixos tangíveis.

4. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício mostrou-se positivo em 670,02 euros.

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6. PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

A Fundação prevê obter um nível de atividade idêntico ao verificado em 2018.

7. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado.

8. **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Propõe-se que o resultado líquido do exercício, no valor de 670,02 euros, seja transferido para a conta de Resultados transitados.

Lisboa, 25 de março de 2019

COMISSÃO EXECUTIVA

Margarida Múlia Nogueira Amorim Santos

João João de Ponte Silva



Balanço

2



Fundação Cuidar o Futuro
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente	5		
Ativos fixos tangíveis		934.087,79	934.315,92
		934.087,79	934.315,92
Ativo corrente	4		
Créditos a receber		703,12	743,12
Diferimentos		649,12	649,12
Caixa e depósitos bancários		13.822,73	10.108,32
		15.174,97	11.500,56
Total do Ativo		949.262,76	945.816,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	6	182.956,57	182.956,57
Resultados transitados	6	(107.325,32)	(109.484,07)
Excedentes de revalorização	6	774.783,43	774.783,43
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	6	89.008,77	89.008,77
Resultado líquido do período	6	670,02	2.158,75
Total dos fundos patrimoniais		940.093,47	939.423,45
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	7	805,00	1.043,35
Estado e outros entes públicos		268,03	121,88
Outros passivos correntes	7	8.096,26	5.227,80
		9.169,29	6.393,03
Total do Passivo		9.169,29	6.393,03
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		949.262,76	945.816,48

Contabilista Certificada
nº 80072

Amir

Comissão Executiva

Marganda Ivamoto

Van. J. de Paula B.

Demonstração de Resultados por Naturezas

3

Fundação Cuidar o Futuro
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		9.141,37	3.354,01
Subsídios, doações e legados à exploração	8	10.010,00	10.000,00
Fornecimentos e serviços externos	9	(17.603,52)	(10.845,01)
Outros gastos		(649,70)	(122,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		898,15	2.386,88
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(228,13)	(228,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		670,02	2.158,75
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		670,02	2.158,75
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
Resultado líquido do período		670,02	2.158,75

Contabilista Certificada
nº 80072

Amirio

Comissão Executiva

Margarida M. A. Santos

João L. Pereira

Demonstração de Resultados por Funções



Fundação Cuidar o Futuro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		9.141,37	3.354,01
Custo das vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Resultado bruto		9.141,37	3.354,01
Outros rendimentos		10.010,00	10.000,00
Gastos administrativos e de estrutura		(18.481,35)	(11.195,26)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		670,02	2.158,75
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		670,02	2.158,75
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
Resultado líquido do período		670,02	2.158,75

Contabilista Certificada

nº 80072

Comissão Executiva

Demonstração dos Fluxos de Caixa

5

Fundação Cuidar o Futuro
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e associados		19.699,85	13.354,01
Pagamento a fornecedores		-10.507,89	-9.923,78
Pagamentos ao pessoal		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		9.191,96	3.430,23
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-5.477,55	-6.684,37
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.714,41	-3.254,14
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3.714,41	-3.254,14
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10.108,32	13.362,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13.822,73	10.108,32

Contabilista Certificada
nº 80072

Amirino

Comissão Executiva

Marquês de Alentejo

João J. de Paula

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

6

Fundação Cuidar o Futuro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Euros	
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos fundos patrimoniais	
1	6	182.956,57	-111.678,21	774.783,43	89.008,77	2.194,14	937.264,70	937.264,70	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Excedentes de realização do excedente de revalorização de activos fixos									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais									
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
4=2+3									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
5									
6=1+2+3+5	6	182.956,57	-109.484,07	774.783,43	89.008,77	2.158,75	939.423,45	939.423,45	

Contabilista Certificada
n.º 80072

Henrique Afonso

Comissão Executiva

Margarida Antunes
Paula João L. Rocha

Fundação Cuidar o Futuro

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

EUROS

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6	6	182.956,57	-109.484,07	774.783,43	89.008,77	2.158,75	939.423,45	939.423,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de activos fixos								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais								
7		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					670,02	670,02	670,02
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					670,02	670,02	670,02
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados			2.158,75					
Outras operações								
		0,00	2.158,75	0,00	0,00	-2.158,75	0,00	0,00
10								
POSICÃO NO FIM DO ANO	6	182.956,57	-107.325,32	774.783,43	89.008,77	670,02	940.093,47	940.093,47
6+7+8+10								

Contabilista Certificada
nº 80072

Amirvânia

Comissão Executiva

Marcelo de Paula
Marcelo de Paula



Anexo

7

ANEXO

Exercício de 2018

1. Identificação da entidade:

1 – Designação da entidade:

A Fundação Cuidar o Futuro, é uma instituição sem fins lucrativos, foi constituída por escritura pública de 13 de julho de 2001 pela associação GRAAL com o número de pessoa coletiva 505.245.345.

2 – Sede:

Rua Luciano Cordeiro, 24 – 6º A, em Lisboa.

3 – Natureza da atividade:

A Fundação foi criada com o fim de elaborar propostas de pensamento e de ação para o futuro, enraizadas nos valores espirituais que caracterizam a associação fundadora e inspiradas pela teoria e experiência da “cultura do cuidado” desenvolvida pelas mulheres. Os domínios de atuação constam do artigo 3º dos estatutos da Fundação.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março.

No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de março.
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de 14 de março.
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras.

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comércio das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e dos outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os seus critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento dos pagamentos ou do reconhecimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimo" e "Diferimentos".

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente assim como os gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios	50 anos
Equipamento básico	10-15 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registrados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registrados na demonstração de resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devem ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presente e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do nº 1 do artigo 11º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) "os rendimentos diretamente derivados do exercício de atividades culturais, recreativas e desportivas":

Porém, de acordo com o nº 2 do referido artigo, "só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas atividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse direto ou indireto nos resultados de exploração das atividades prosseguidas;

b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas atividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação e vigor, durante um período de quatro anos, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 poderão estar sujeitas a revisão.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Comissão Executiva sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2018	2017
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	7.772,73	4.058,32
Outras disponibilidades	6.050,00	6.050,00
Caixa e seus equivalentes	13.822,73	10.108,32
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	13.822,73	10.108,32
Saldo credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis escriturados no início e no fim dos períodos de 2017 e 2018:

2017

Descrição	Saldo 1-jan-2017	Aquisições/ Doações	Reavaliação	Abates	Saldo 31-dez-2017
Terrenos e recursos naturais	239.435,00				239.435,00
Edifícios e outras construções	718.305,00				718.305,00
Equipamento básico	76.660,18				76.660,18
Equipamento administrativo	14.588,02				14.588,02
Outros ativos fixos tangíveis	7.665,79				7.665,79
Total	1.056.653,99	0,00	0,00	0,00	1.056.653,99
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	24.699,15	0,00	0,00	0,00	24.699,15
Equipamento básico	76.660,18	0,00	0,00	0,00	76.660,18
Equipamento administrativo	14.588,02	0,00	0,00	0,00	14.588,02
Outros ativos fixos tangíveis	6.162,59	228,13	0,00	0,00	6.390,72
Total	122.109,94	228,13	0,00	0,00	122.338,07

2018

Descrição	Saldo 1-jan-2018	Aquisições/ Doações	Reavaliação	Abates	Saldo 31-dez-2018
Terrenos e recursos naturais	239.435,00				239.435,00
Edifícios e outras construções	718.305,00				718.305,00
Equipamento básico	76.660,18				76.660,18
Equipamento administrativo	14.588,02				14.588,02
Outros ativos fixos tangíveis	7.665,79				7.665,79
Total	1.056.653,99	0,00	0,00	0,00	1.056.653,99
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	24.699,15	0,00	0,00	0,00	24.699,15
Equipamento básico	76.660,18	0,00	0,00	0,00	76.660,18
Equipamento administrativo	14.588,02	0,00	0,00	0,00	14.588,02
Outros ativos fixos tangíveis	6.390,72	228,13	0,00	0,00	6.618,85
Total	122.338,07	228,13	0,00	0,00	122.566,20

As Bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existências e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

6. Fundos patrimoniais:

Os movimentos ocorridos no exercício nos fundos próprios apresentam-se no seguinte quadro:

Descrição	Saldo 1-jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-dez-2018
Fundos	182.956,57			182.956,57
Outras variações nos fundos próprios	89.008,77			89.008,77
Outros excedentes de revalorização	774.783,43			774.783,43
Resultados transitados	(109.484,07)	2.158,75		(107.325,32)
Resultado líquido do período	2.158,75	670,02	2.158,75	670,02
Total	939.423,45	2.828,77	2.158,75	940.093,47

7. Fornecedores e outras contas a pagar:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2018	2017
Fornecedores conta corrente	805,00	1.043,35
Total	805,00	1.043,35

O detalhe da rubrica de outros passivos correntes apresenta-se como segue:

Natureza	2018	2017
Credores diversos	8.096,26	5.227,80
Total	8.096,26	5.227,80

8. Subsídios à exploração:

Os subsídios monetários repartem-se como se apresenta em seguida:

Descrição	2018	2017
Donativos monetários correntes	10.010,00	10.000,00
Total	10.010,00	10.000,00

9. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se como segue:

Natureza	2018	2017
Trabalhos especializados	5.274,06	2.951,61
Energia e fluidos (eletricidade, gás e água)	3.370,81	2.657,38
Honorários	2.218,00	1.111,00
Materiais	2.772,60	1.595,90
Deslocações e estadas	1.631,49	965,10
Limpeza, higiene e conforto	717,11	152,24
Outros	1.619,45	1.411,78
Total	17.603,52	10.845,01

11. Acontecimentos após data do balanço:

11.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem as autorizou.

A Comissão Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

A Fundadora detém o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida

11.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Comissão Executiva

Margarete M. A. Santos

João Paulo de Paula

Contabilista Certificada nº 80072

Aniuz J. Mes

Certificação Legal das Contas

8



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Cuidar o Futuro (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 949.263 euros e um total de fundos patrimoniais de 940.093 euros, incluindo um resultado líquido de 670 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

By



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e

Handwritten signature or mark.



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2019

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:



Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Membros do Conselho de Administração da
Fundação Cuidar o Futuro
Lisboa

Em cumprimento do disposto nos Estatutos da Fundação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Comissão Executiva e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da vossa Fundação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Comissão Executiva quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Comissão Executiva, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Fundação.

O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Tocha, Chaves & Associados decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Comissão Executiva deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Comissão Executiva devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Comissão Executiva deve ser aprovada.

Lisboa, 28 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL


Maria Paula Marques Faria de Barros - Presidente


Pedro Filipe da Ponte Espírito Santo - Vogal


Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada por
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal